

Conferência – 2 de novembro de 2003

PSICANÁLISE E CULTURA

Sérgio Paulo Rouanet

Quero deixar claro, em primeiro lugar, em que sentido estou usando o termo “cultura.” Depois de ponderar as 160 definições de cultura dadas pelos antropólogos Kroeber e Kluckhohn, pareceu-me mais sensato reduzi-las a apenas uma, e nenhuma é tão manejável quanto a dada pelo próprio Freud. A cultura, para ele, compreende “tudo aquilo que faz com que a vida humana se elevasse acima da condição animal”. Ela inclui, “por um lado os conhecimentos e as capacidades que os homens adquiriram para controlar as forças da natureza e extrair sua riqueza para a satisfação das necessidades humanas, e por outro lado, todas as instituições necessárias para ajustar as relações recíprocas entre as pessoas e especialmente a distribuição da riqueza disponível.”

Esclarecida essa questão terminológica, vamos ao tema da relação entre a psicanálise e a cultura.

Já tratei desse tema, há dois anos, abordando, nas duas direções, a relação entre a psicanálise e a cultura. Numa direção, a psicanálise ocuparia a posição de sujeito, relacionando-se com a cultura como algo a ser conhecido e transformado. Na outra direção, a posição de sujeito seria ocupada pela cultura, que moldaria ou influenciaria a recepção da psicanálise segundo circunstâncias sociais variáveis. Na primeira direção, estaríamos lidando com a psicanálise *da* cultura, e na segunda com a psicanálise *na* cultura, o que nos obrigaria a recorrer a algo como uma sociologia da psicanálise.

Hoje tomarei um rumo diferente, seguindo um aceno de Jacques Derrida, um dos principais inspiradores dos Estados-Gerais. Em sua conferência de 10 de julho de 2000, em Paris, Derrida formulou um curioso conceito de dupla resistência: resistência à psicanálise, no mundo, e resistência ao mundo, no interior da psicanálise, que com isso resiste a si própria. Se substituirmos “mundo” por “cultura”, no sentido amplo de Freud, teremos todo um roteiro para nossa palestra.

Sabemos que a psicanálise foi atacada com maior ou menor violência desde seu nascimento, mas basta ler os jornais para nos darmos conta de que esses ataques ultrapassaram hoje todos os níveis permissíveis de virulência, sobretudo nos Estados Unidos. Não se trata mais, como no passado, de deplorar a falta de fundamentação empírica da psicanálise. Agora o tipo de crítica é a que se lê no *New York Review of Books*, em que a argumentação é substituída pelo insulto. Assim, para Frederick Crewes, por exemplo, as idéias de Freud nunca tiveram nenhuma confirmação independente; ele tinha trabalhado sempre com base em intuições fragmentárias; dirigira um movimento

que era menos um empreendimento científico que um Politburô destinado a caçar dissidentes; ignorara totalmente o que fosse uma verdadeira explicação causal; inventara conceitos *ad hoc*, como o de transferência negativa e de resistência, apenas para justificar seus fracassos terapêuticos; criara um pseudoconceito, o de repressão, para controlar um pseudofenômeno, a sexualidade infantil de caráter edipiano; inventara uma terapia que não era mais que um “*brain-washing*”, baseado numa técnica, a da livre associação, incapaz de fornecer qualquer informação que não tivesse sido sugerida pelo analista; em suma, fora responsável pelo “maior conto do vigário do século XX.”

Não se pode dizer que todos os ataques sofridos pela psicanálise desde sua origem se devam à resistência, porque com isso cairíamos na circularidade autovalidadora criticada por Karl Popper, segundo a qual toda a crítica à psicanálise seria um sintoma que só a psicanálise pode curar. Mas não podemos afastar a suspeita de que a selvageria quase homicida exibida pela última vaga de agressões tenha fundamentos mais afetivos que teóricos. Vale a pena, assim, reexaminar as razões dadas por Freud para explicar a resistência à psicanálise, a fim de verificar se elas continuam atuais.

As razões principais da resistência, que fazem com que os afetos ocupem o lugar dos argumentos, são para Freud as seguintes: (1) a psicanálise é uma ciência nova, e faz parte da natureza humana reagir negativamente ao novo, o que explica a incredulidade com que foi recebida no início a doutrina de Darwin; (2) o crítico resiste à psicanálise, porque ela proclama o efeito patogênico de uma repressão sexual inconsciente que existe na vida psíquica do próprio crítico, levando-o a comportar-se como se comportam os pacientes, isto é, resistindo; e (3) o homem rebelde-se contra a doutrina que lhe infligiu uma “ferida narcísica”, revelando o papel do inconsciente e mostrando que a razão ocupa um lugar subordinado na vida mental.

Poderiam essas razões dar conta do último ciclo de ataques à psicanálise?

Sendo hoje uma velha dama de 103 anos, não se pode mais dizer que a psicanálise seja nova. Em consequência poderíamos talvez inverter o argumento de Freud, dizendo que a resistência, hoje em dia, não se apóia mais na novidade da psicanálise, e sim, ao contrário, na alegação, corriqueira numa sociedade capitalista que funciona com base no princípio da obsolescência planejada, de que a psicanálise deixou de ser nova, de que ela envelheceu, superada pelo PROZAC ou por psicotecnologias instantâneas, que prometem resultados imediatos. A tese do “envelhecimento” tem sido sustentada inclusive por pensadores simpáticos à psicanálise, como Adorno e Marcuse, para quem ela envelheceu porque na fase do capitalismo administrado a integração do indivíduo ao todo social não precisa mais da mediação das instâncias intrapsíquicas descobertas por Freud; ou Axel Honneth, atual diretor do Instituto de Pesquisa Social, para quem o freudismo se tornou obsoleto por propor um modelo de socialização que encaminha o indivíduo para um papel rígido, num mundo dominado pela divisão de trabalho e pela família monogâmica, em contraste com os valores pós-modernos, que privilegiam o jogo, a experimentação, e a construção de identidades flexíveis.

Mas a tese do “misoneísmo” como co-determinante da resistência talvez não precise ser descartada de todo. O que havia de novo, na psicanálise, era precisamente aquilo que separava a psicanálise propriamente dita de sua pré-história, ou seja, o complexo de Édipo, que pressupunha o abandono da teoria

da sedução e o reconhecimento do papel determinante da fantasia e da existência da sexualidade infantil. Ora, é esse “novo” que aparentemente não foi assimilado até hoje, como demonstra a enorme repercussão do livro escandaloso de Geoffrey Masson, acusando Freud de ter arquivado sua teoria da sedução infantil para não agredir demasiadamente o público vienense. A hipótese é absurda, porque a nova teoria, que proclamava a existência da sexualidade infantil, era infinitamente mais chocante. Mas o caso Masson é interessante exatamente por causa desse disparate. Regredindo à idéia da sedução real, Masson estava regredindo, também, à antiga concepção vitoriana da inocência infantil. A criança freudiana é incestuosa e parricida; a de Masson, e a dos Estados Unidos de hoje, é tão angelical quanto Pollyanna. Ou seja, o novo na teoria freudiana foi recalçado a favor de uma velha concepção do mundo. Foi exatamente o que ocorreu com a teoria heliocêntrica, “novidade” descoberta na antiguidade mas recalçada durante séculos por uma velha astronomia, e no próprio exemplo dado por Freud, o evolucionismo de Darwin, “novidade” que até hoje está sendo contestada no mesmo país que rejeita a “novidade” freudiana, os Estados Unidos, em nome de um criacionismo bíblico que até hoje é obrigatoriamente ensinado em alguns estados americanos. Tudo isso fortalece a tese de Freud de que a resistência à psicanálise deriva, entre outros fatores, de uma resistência estrutural à inovação em si.

A segunda razão que determina a resistência – o papel atribuído à sexualidade - parece ter perdido boa parte de sua validade depois da revolução sexual, que deu circulação pública e respeitabilidade acadêmica ao que era tabuizado na época de Freud. Mas que essa “revolução” foi superficial é demonstrado pelo exemplo dos Estados Unidos de hoje, onde aparentemente ela tinha ido mais longe que em outros países. Desde os anos 80, está se produzindo nesse país uma reação contra a permissividade dos anos 60. A América está sendo assolada por uma vaga neomoralista alimentada por duas tendências ostensivamente opostas, mas na verdade convergentes. Uma vem da direita religiosa, que chegou ao poder no governo Bush. À esquerda, certas feministas atacaram um filme como “*Lolita*”, em nome da emancipação da mulher e da repressão à pedofilia, com a mesma cólera sagrada com que suas mães e avós criticavam “*Ulysses*” ou “*O Amante de Lady Chatterley*” em nome da moral protestante. As duas correntes parecem ter se aliado para produzir o espetáculo espantoso, no final do século XX, do Presidente da maior potência da terra ameaçado de *impeachment* por ter tido uma relação com uma estagiária da Casa Branca. Creio que esse neomoralismo afetou consideravelmente a atitude com relação à psicanálise e foi responsável por um dos episódios mais obscurantistas da história americana, a suspensão da exposição Freud, organizada pela Biblioteca do Congresso. É difícil não suspeitar de que essa convergência entre o moralismo de direita e o de esquerda tenha uma fonte psíquica comum, o recalque inconsciente, cujo desfecho foi o puritanismo, direto num caso e racionalizado no outro caso, provocando, em ambos os casos, a mesma hostilidade à psicanálise.

A terceira razão tem a ver com a “ferida narcísica” produzida pela descoberta do inconsciente e conseqüente declínio da hegemonia da razão na economia psíquica. Em parte, esse fator continua ativo no processo de resistência à psicanálise. É possível que a obsessão positivista em comprovar a falta de cientificidade da psicanálise seja uma forma de reagir a essa humilhação. Parte do interesse nas pesquisas recentes no campo da anatomia

do cérebro e do código genético pode ser alimentado por motivações semelhantes. Essas pesquisas mostram que se o homem ainda está sujeito a condicionamentos, eles não são os impostos pelo inconsciente, e podem ser transformados pela manipulação biológica. O homem não precisa mais ver-se como um Édipo coxeante, mortalmente ferido em seu orgulho, e volta a ser Prometeu, capaz, pela clonagem, de uma *autopoiesis* que o torna superior aos deuses.

Podemos acrescentar outras formas contemporâneas de resistência, além das mencionadas por Freud. Os padres e pastores resistem à concepção psicanalítica de religião, como os políticos resistem à concepção psicanalítica do patriotismo e outros ideais culturais. Há até uma resistência que vai num sentido oposto ao sugerido pela tese da "ferida narcísica". Mesmo tendo perdido sua onipotência metafísica, a razão continuava, para Freud, sendo o *telos* da vida psíquica e a condição de sobrevivência do homem na sociedade. Com isso, em face da difusão crescente do irracionalismo, a psicanálise é rejeitada, não por ter destronado a razão e a vida consciente, mas por ter dado uma importância excessiva à razão e à vida consciente. Ela teve o mérito de ter descoberto o inconsciente, mas cometeu o erro de não o ter idealizado. Para essa corrente, é preciso inverter a política da alma, tal como formulada por Freud. Em vez de passar do irracional ao racional, é preciso caminhar na direção oposta: *wo ich war, soll es werden*. Na época do esoterismo e do *new age*, e sobretudo num país como o Brasil, onde uma mulher rodopiando num terreiro não é uma histérica e sim a Pomba Gira, a resistência vem em grande parte do horror à razão, e da conseqüente aversão a uma teoria, como a freudiana, que nos confronta com a exigência de uma racionalidade permanente. A esse pecado não sucumbem terapias alternativas, como a das vidas passadas, que se baseia na crença na metempsicose, e as praticadas por certas seitas evangélicas, que diante do fracasso dos métodos tradicionais recorrem à oração e nos casos relmente sérios ao exorcismo.

A psicanálise está hoje sabidamente em crise, e nada é mais natural que atribuir essa crise ao acúmulo paroxístico de todas essas formas de resistência. A culpa seria da cultura, que se obstina em resistir à verdade psicanalítica. De certo modo foi a tese da Escola de Frankfurt, como vimos, para a qual foi a mudança na natureza do capitalismo que teria levado ao envelhecimento da psicanálise. É verdade que para os frankfurtianos ainda assim ela mantém sua relevância crítica, porque sua obsolescência mesma testemunha contra um presente que a transformou num anacronismo. Mas além de ser um consolo muito relativo, essa ressalva insiste na tese de que todo o mal está na cultura, uma cultura possesca cujo sintoma mais diabólico é o de recusar-se ao exorcismo terapêutico.

Aqui entra em cena a segunda parte da proposição de Derrida: e se a culpa, pelo menos em parte, fosse da própria psicanálise, que em vez de dissolver as resistências da cultura desenvolve suas próprias resistências? Numa relação clínica, o analista só pode combater as resistências do paciente depois que compreende suas causas, dando-se conta, por exemplo, de que as dúvidas do analisando com relação à análise pertencem ao quadro sintomático de uma neurose obsessiva. É o que não acontece no caso da relação da psicanálise com a cultura. Aqui a explicação das resistências fica na superfície, circunscrita aos mecanismos psíquicos que provocam as várias resistências individuais. Mas a psicanálise esquivava-se de trabalhar no quadro das macro-

estruturas, de caráter econômico, político ou ideológico, que são responsáveis, em última instância, por essas resistências.

Sabemos que nem sempre foi assim. Freud jamais compreendeu sua prática como uma atividade intimista, entre as quatro paredes do seu consultório, mas como uma ação mais ampla, abrangendo, também, o espaço público, o espaço da *Oeffentlichkeit*. Ele sempre se dedicou aos grandes problemas da humanidade, desde sua origem, na pré-história. Ao mesmo tempo que criava uma nova maneira de tratar pacientes individuais, passando da neurologia ao método catártico e deste à psicanálise, Freud fazia especulações sobre a origem da religião, da moralidade, do Estado. Num momento em que o nazismo estava surgindo, explicou os mecanismos da psicologia de massas, sem os quais o nazismo teria sido incompreensível. Quando o nacionalismo estava dividindo a Europa em chauvinismos rivais, mostrou como o narcisismo das pequenas diferenças explicava as rivalidades entre os Estados. Quando um novo conflito mundial já despontava no horizonte, indicou como formas indiretas de combate à pulsão de morte poderiam dificultar a eclosão de novas guerras. Quando a bomba atômica ainda era uma virtualidade, constatou que a humanidade já tinha os meios para extinguir a vida na terra. Quando a perseguição aos judeus já estava renunciando no Terceiro Reich seus traços mais bestiais, escreveu seu testamento intelectual, o livro sobre Moisés e o monoteísmo, reconstituindo as origens pré-históricas e filogenéticas do anti-semitismo.

Teria passado essa época? Seria injusto afirma-lo de modo categórico. As revistas de psicanálise estão cheias de artigos sobre os efeitos clínicos de temas de atualidade e de interesse global. Mas de modo geral tem-se a impressão de que esses temas, *enquanto tais*, permanecem *extra muros* para a psicanálise. As poucas investigações psicanalíticas a respeito são feitas por não-psicanalistas, e assim mesmo são estudos antigos, como o de Marcuse em “*Eros e a civilização*.” Os ensaios de revistas especializadas são quase sempre sobre psicanálise individual, com ênfase na clínica, pouco importando se sua orientação é freudiana, kleiniana, bioniana, winnicotiana ou lacaniana. As grandes questões que fascinavam Freud são relegadas ao estatuto ambíguo de “psicanálise aplicada”, sem que os autores se perguntem se em nossa era de massacres inter-étnicos e de guerras imperialistas não chegou o momento de inverter essa relação. A psicanálise aplicada não seria agora a que se pratica nos consultórios? A psicanálise primária e essencial não seria a que analisa as patologias coletivas, que em grande parte determinam as neuroses individuais tratadas nos consultórios?

Segundo seu fundador, René Major, os Estados-Gerais da Psicanálise nasceram do ostracismo a que a psicanálise oficial relegou os grandes temas de interesse geral da humanidade. Major fala mesmo numa forclusão do político, que estaria condenando a psicanálise a uma esclerose burocrática. Se isso é verdade, a psicanálise completou seu ciclo e voltou à origem. Ela trouxera para a cena pública da argumentação e do debate o tema da sexualidade, que até então ficara segregado no *oikos*, no gineceu, na esfera da família. Mostrou que o “nervosismo moderno” era em grande parte um resultado da “moral sexual civilizada”, isto é das normas e instituições da realidade exterior. Antecipou com isso a palavra de ordem do feminismo moderno: “o privado é político.” Desvendou o fundo pulsional dos ideais mais sublimes, dos piores atos de crueldade. E tendo chegado a esse ponto, recuou, voltando à vida privada, de

onde tinha migrado. Terminada sua incursão pelo mundo público da sociedade e da história, domados os ciclopes e vencidas as tormentas, o astucioso Ulisses pode dedicar-se, sem má consciência, à gestão dos seus domínios, nos braços de Penélope.

Quais as questões específicas que a resistência a funcionar no quadro das macro-estruturas impede a psicanálise de pensar? Derrida fala nos axiomas do ético, do jurídico, do político; em questões de soberania; e no tema da crueldade, em todas as suas modalidades, como a tortura e a pena de morte. Mas podemos ser mais concretos. Há um acontecimento histórico recente que abre todo um leque de questões exemplares, ordenadas em torno desse acontecimento como em torno de um foco, e que têm a singularidade de só poderem ser compreendidas em toda a sua plenitude à luz de categorias psicanalíticas. O acontecimento é a invasão do Iraque, tantas vezes mencionada aqui, e sua pré-história imediata, o atentado contra as torres gêmeas, em 2001. As questões exemplares podem ser descritas, um pouco no espírito das novelas policiais, sob a forma de três enigmas: (1) o enigma dos fundamentalismos obscenos, 2) o enigma das guerras irracionais, e (3) o enigma dos consensos incompreensíveis. Nenhuma dessas questões dispensa a contribuição de disciplinas como a ciência política, a sociologia, a economia, a antropologia. Mas os enigmas continuarão sendo enigmas enquanto não houver a intervenção da psicanálise.

O primeiro enigma parte do fato evidente de que direta ou indiretamente os três fundamentalismos estiveram presentes no atentado e em suas seqüelas – o islâmico, mas também o judaico e o cristão.

Na origem, está o conflito árabe-israelense, porque foi sobretudo na qualidade de “cúmplices” do Estado de Israel que os americanos foram escolhidos como inimigos preferenciais do mundo meçulmano. Ora, esse conflito está sendo conduzido em grande parte por facções fundamentalistas islâmicas (Hamas e Hisbollah) e por fundamentalistas judeus. Em sua acepção mais geral, o fundamentalismo islâmico prega um retorno às origens religiosas do Islã e uma reforma dos costumes e da sociedade segundo os preceitos da *charia*, a lei do Corão. Em algumas de suas variantes, como se sabe, o fundamentalismo islâmico advoga a guerra santa e pratica o terrorismo. O fundamentalismo judaico se manifesta sob a forma de uma ritualização escrupulosa da vida cotidiana segundo os preceitos da lei religiosa, a *Halacha*. Podemos distinguir dois grupos fundamentalistas. Por um lado, há judeus essencialmente apolíticos, que rejeitam o próprio Estado de Israel, considerado demasiadamente secular. O outro grupo fundamentalista é constituído pelos sionistas religiosos, muito diferentes dos primeiros sionistas, nacionalistas e seculares. É esse grupo, partidário da colonização na Cisjordânia e na faixa de Gaza, que produziu fanáticos como Baruch Goldstein, que massacrou dezenas de árabes na gruta dos Patriarcas, no Hebrom, e Yigal Amir, que assassinou o primeiro-ministro Begin.

O fundamentalismo cristão tem uma vertente católica, o integrismo, que remonta ao *Sylabus*, ao anti-liberalismo e anti-modernismo de Pio IX. Mas foi no protestantismo norte-americano que o fundamentalismo prosperou. O próprio nome, como ninguém ignora, apareceu nos Estados Unidos. Durante a guerra fria, os fundamentalistas cristãos desfraldaram a bandeira do anti-comunismo, e combatem, hoje, o feminismo e o homossexualismo. Como os fundamentalistas

islâmicos e judaicos, têm uma corrente violenta, que pratica atentados, por exemplo, contra clínicas de aborto. Em geral, são pré-milenaristas, isto é, crêem no retorno de Cristo antes do advento do Milênio, anunciado no Apocalipse. A direita religiosa americana transformou-se numa força eleitoral irresistível, impondo sua ideologia a todos os candidatos a cargos eletivos. Na última eleição presidencial, tanto Gore como Bush faziam questão de apresentar-se como cristãos fervorosos. Os fundamentalistas chegaram à Casa Branca com a eleição de Bush. Alguns dos seus colaboradores organizam sessões de prece em seus Ministérios e citam mais a Bíblia que a Constituição. O fundamentalismo cristão americano é tão ou mais grave que os outros, porque pode afetar a paz do mundo inteiro, e não apenas a de uma região. Depois do 11 de setembro, os valores seculares que sempre caracterizaram a democracia americana foram substituídos por um discurso bíblico digno dos puritanos que chegaram à América no *Mayflower*. O Presidente da maior potência da terra disse que o conflito que se aproximava seria uma guerra monumental do bem contra o mal, e que Deus, cujo direito à neutralidade o Presidente contestava, estava do lado dos americanos. Os *ayatollahs* do Pentágono seguiram o mesmo caminho, batizando a operação para a captura de Ben Laden de “justiça infinita”, expressão de origem claramente religiosa. Em suma, em vez de responder à loucura sagrada dos terroristas com a linguagem secular do Iluminismo americano, à luz do qual o atentado deve ser repudiado como um crime contra a humanidade, George Bush recorreu a uma linguagem igualmente sagrada, caracterizando-o, de certo modo, como um crime contra Deus - ou contra a América, o que é a mesma coisa, porque para os fundamentalistas amar Deus e amar a América são dois lados da mesma moeda.

Sem dúvida, há importantes fatores sócio-econômicos subjacentes aos três fundamentalismos, como a anomia resultante do processo de urbanização, a dissolução dos vínculos tradicionais de solidariedade, a dificuldade de inserção na economia, numa fase em que o capitalismo tem características estruturalmente excludentes, e a desorientação diante do desaparecimento dos valores tradicionais, em consequência do processo de globalização. Mas toda essa descrição permanece incompleta. Falta um estudo psicanalítico minucioso desses fenômenos, à luz das teorias freudianas sobre a religião como neurose coletiva da humanidade, sobre a religião como ilusão, como realização de desejo (crença no paraíso como compensação imaginária pelos sofrimentos terrenos e como prêmio pelo martírio) e sobre a religião num contexto de psicologia de massas (relação do respectivo líder religioso com seus adeptos, e destes entre si, papel do narcisismo de grupo, mecanismos de projeção e identificação, agressividade extra-grupal).

O segundo enigma é o de uma guerra que mesmo do ponto de vista puramente pragmático parece ter rendido poucos benefícios para seus perpetradores: o Presidente Bush e o Primeiro-Ministro Blair. É óbvio que não se tratava de uma guerra defensiva, por mais que os invasores quisessem fazer crer que Saddam Hussein estava pronto a usar armas de destruição de massa contra americanos e ingleses. Era uma guerra de agressão, mas com que fim? Sem dúvida, havia interesses econômicos, ligados ao desejo dos Estados Unidos de terem acesso às maiores reservas petrolíferas do mundo, depois das pertencentes à Arábia Saudita. Havia também interesses políticos a curto prazo, ligados às eleições legislativas previstas para 2003. Mas uma relação custo-

benefício feita com um mínimo de racionalidade mostraria que os custos materiais e humanos de uma guerra excederiam de muito os ganhos esperados. Tudo indica que se tratava de uma guerra irracional, segundo os parâmetros mais estritos da racionalidade instrumental. Era uma guerra irracional, também, segundo os critérios de Antonio Negri e Michael Hardt, que se surpreenderam com a agressão americana, pois teria sido mais econômica uma ação imperial, empreendida pelos Estados Unidos na moldura do sistema imperial de poder, abrangendo a Europa e certas organizações internacionais, ao passo que os norte-americanos optaram por uma ação imperialista clássica, com todos os ônus, materiais e políticos, acarretados por uma agressão unilateral.

E com isso entra em cena (ou deveria entrar) a psicanálise: afinal, sua esfera própria de atuação é a do irracional. Betty Fuks acaba de apresentar um texto modelar a esse respeito. Releiamos o texto de Freud “Por que a guerra”(1932). Sim, diz Freud, Einstein tinha razão em achar que a única maneira de combater eficazmente a guerra seria criar uma organização supranacional encarregada de arbitrar os conflitos entre as nações. Mas ela só poderia funcionar se fosse dotada do poder necessário para impor suas decisões, o que não era o caso da Liga das Nações. O fracasso dessa organização era previsível, se levarmos em conta que há nos homens um instinto de ódio e destruição que os impele à violência, mesmo quando ela esteja em contradição com as normas do direito, mesmo quando ela não pareça justificar-se por nenhum interesse material. Era a pulsão da morte, que extrojada transformava-se em pulsão destrutiva, em pulsão de poder, *Bemächtigungstrieb*. Essa pulsão é a inelutável força motriz da guerra, desde a pré-história, a guerra entre grupos e a guerra entre estados nacionais. Mas essa pulsão era parte da polaridade básica que rege a vida psíquica e a vida social do homem, Eros e Tanatos, o amor e a destruição, a tendência que liga e a que dissocia, a que une e a que separa os homens. Como essas duas tendências raramente aparecem isoladas, elas se mesclam também nas guerras. A vontade de destruição vem associada a motivações ideais, derivadas de Eros, que funcionam assim como racionalizações da pulsão de morte, de poder, de conquista. Na ausência de uma organização supranacional eficiente, Freud só podia pensar em formas indiretas de combater a guerra. Uma delas seria liberar Eros tanto quanto possível, para que ele pudesse combater seu irmão inimigo, Tanatos. Seria preciso, para isso, fortalecer os laços afetivos entre os homens, através de sua identificação recíproca. Outro método indireto seria favorecer o advento de uma elite capaz de subordinar sua vida pulsional à “ditadura da razão”, ou mesmo o nascimento de homens por assim dizer pós-violentos, como Einstein e o próprio Freud, pacifistas constitucionais que não precisam nenhum esforço para recalcar seus impulsos agressivos, porque um longo hábito de racionalidade e de internalização da violência fazem com que neles a aceitação da guerra seja uma impossibilidade por assim dizer orgânica.

São elementos para entender a guerra de Bush, na qual as Nações Unidas foram tão impotentes para impedir a aventura militar dos falcões do Pentágono quanto a Liga das Nações, no tempo de Freud, para impedir os conflitos armados entre as potências européias; na qual o *Bemächtigungstrieb*, o delírio de hegemonia dos Estados Unidos parece ter desempenhado um papel mais importante que as motivações puramente econômicas identificadas por Lênin em seu livro sobre o imperialismo; e em que a fúria bélica, emanção

direta da pulsão da morte, mesclou-se a racionalizações sobre a missão civilizadora da América no Oriente Médio.

São elementos, também, para imaginar formas indiretas e diretas para prevenir a guerra. Entre as indiretas, a estratégia freudiana de recrutar Eros como agente da paz parece um tanto problemática, considerando que se Eros é responsável pela coesão do grupo, ele se torna destrutivo quando voltado para fora, tornando-se o melhor aliado da pulsão da morte. Foi Eros que organizou o hiper-patriotismo com que os americanos reagiram ao atentado e que se converteu em ódio não só contra o inimigo principal como contra terceiros, quando a França e a Alemanha se opuseram à guerra. Parece mais promissor apostar em Logos, a razão, tentando aumentar, pela educação, o número de homens e mulheres capazes de vencer os preconceitos nacionais e de ir à raiz do problema, do qual o terrorismo é apenas uma das manifestações de superfície. Foi esse o papel da “multidão”, que se mobilizou contra a guerra no mundo inteiro, e não faltaram espíritos críticos mesmo nos Estados Unidos, onde intelectuais como Chomski se comportaram como os “homens novos” sonhados por Freud, homens “pós-violentos”, ou pelo menos capazes de manter sua vida pulsional sob o controle da razão. Mas a tarefa mais urgente é refletir sobre o meio direto para abolir a guerra, o único que tanto Einstein como Freud consideraram verdadeiramente eficaz: a criação de um sistema supranacional de prevenção de conflitos, dotado do poder necessário para o desempenho dessa tarefa. Não me parece que a psicanálise precise omitir-se nesse trabalho de reflexão, a pretexto de que só os meios indiretos oferecem perspectivas realistas de sucesso. Afinal, a psicanálise possui todos os instrumentos conceituais para pensar não somente a organização institucional da paz como sua evolução em direção a uma democracia mundial. Se o trabalho de Eros é o de criar unidades cada vez mais vastas, o estado nacional não pode ser o fim do caminho: Eros deve passar para a etapa seguinte, a criação de uma civilização mundial. Nessa tarefa, ele agiria sob o agulhão de Ananké, que se deu conta de que nas condições do capitalismo globalizado as necessidades humanas não podem mais satisfazer-se num quadro puramente nacional. Caberia a Logos administrar o conflito eterno entre as forças da vida e da morte de modo a permitir que Eros completasse sua tarefa de unificação pacífica da espécie humana. Pois ao fim e ao cabo, esse é um projeto de Logos, por mais que sua execução caiba a Eros. “A força comum que emana desse governo da razão”, disse Freud, “se revelará o vínculo unificador mais forte entre os homens e abrirá o caminho para novas formas de unificação.”

O terceiro enigma é uma variante atual do enigma da opressão voluntária, formulada por La Boétie no século XVII, e que foi retomado pelos freudomarxistas alemães, depois da vitória eleitoral de Hindenburg e mais tarde de Adolf Hitler: como foi possível que frações importantes da classe operária tivessem votado num sentido diretamente contrário a seus interesses de classe? A pergunta correspondente, por ocasião da guerra, é a seguinte: como foi possível que a maioria da população americana tivesse apoiado a política de um Presidente que estava preparando uma guerra tão incompatível com os interesses da maioria?

Descontados os fatores objetivos, como a existência real da ameaça terrorista e o desejo compreensível de capturar os responsáveis pelos atentados, resta um resíduo que não pode ser explicado pelas categorias

normais da sociologia ou da ciência política: a aparente incapacidade da população americana de perceber desde o início o que era evidente para o resto do mundo, a palpável falsidade das duas principais alegações feitas pelo governo Bush para justificar a guerra contra Bagdá, a existência de armas de destruição de massa no Iraque e a cumplicidade de Saddam Hussein com Osama Bin Laden. Esse resíduo precisa ser estudado psicanaliticamente, o podemos fazer utilizando, por exemplo, as análises de Theodor Adorno sobre a indústria cultural e a propaganda fascista.

Seria preciso mobilizar em primeiro lugar a psicologia de massas. Freud mostrou que em condições de psicologia coletiva, a razão e a crítica são desativadas, e a afetividade se intensifica. O indivíduo se identifica com o líder, reativação do pai primordial, e através dele com a massa dos seus companheiros, os “irmãos” da horda primitiva, através de vínculos libidinais dessexualizados. Mas esse líder com o qual o homem se identifica é em parte uma construção projetiva do próprio sujeito. Ele projeta nele seu ideal de ego, herdeiro da fase narcisista, em que o sujeito era o seu próprio objeto de amor, e com isso cria um líder invulnerável à crítica, que encarna todas as perfeições que o antigo sujeito narcisista encontrava em si mesmo. Mas nem toda a libido narcisista se extravasa no objeto: parte continua aderindo ao ego do indivíduo. Por isso, o líder não pode ser muito diferente do homem comum. Deve ser ao mesmo tempo onipotente e banal, super-homem e homem da rua.

Durante a guerra do Iraque, ocorreram os dois fenômenos típicos da psicologia de massa – atrofia da capacidade crítica, que levou à aceitação passiva da versão apresentada pelo governo, e intensificação da emotividade, sob a forma de um patriotismo histérico que reduzia ao silêncio qualquer veleidade de dissidência. Ocorreram também os dois mecanismos paralelos da projeção, pela qual os americanos médios expulsaram para o exterior seus medos e inseguranças pessoais, transformando o mundo num vasto sistema persecutório povoado por terroristas e cúmplices de terroristas, e de identificação, pela qual se identificaram entre si. Os dois mecanismos funcionaram na relação com o Presidente dos Estados Unidos. Enquanto chefe de estado da maior potência militar da terra, o Presidente dos Estados Unidos é um objeto ideal para a identificação. Mas essa figura com a qual o americano-massa se identifica é em parte uma emanção do próprio sujeito, uma projeção do seu ideal de ego. Ele idealiza o Presidente, ao investir nele sua libido narcísica: o Presidente está acima de toda crítica, como o indivíduo na época em estava apaixonado por si mesmo. Ao mesmo tempo, essa extroversão da libido narcísica não foi total, e por isso o indivíduo precisa, de algum modo, reconhecer-se na figura do líder. É o que Adorno exprime aludindo ao “Grande Ditador”, em que Chaplin é ao mesmo tempo um barbeiro de subúrbio e um chefe de Estado todo-poderoso. Bush é o super-homem, o comandante-chefe da nação mais poderosa do mundo, e sob esse aspecto pode ser idealizado, tornar-se objeto de identificação. É o Bush que desce de helicóptero num porta-aviões, fardado, Marte texano, deus do trovão e da guerra. É seu lado Rambo. Mas Bush é também o pobre homem, pusilânime, inarticulado, menos preparado que o pai para exercer o cargo de primeiro mandatário da maior potência da terra. Humilhação edípica clássica, que Bush Filho pode ter querido superar depondo Saddam, e com isso “indo mais longe que o pai”, que parara no meio do caminho. É também com esse Bush medíocre, às voltas com fantasmas

edipianos que qualquer empregado de escritório conhece, que o homem-massa quer se identificar, porque ele é uma réplica de si mesmo.

Talvez um dos principais fatores responsáveis pela aceitação da guerra por parte da população tenha sido a manipulação da mídia. Sabemos como os grandes canais de televisão deformaram o noticiário sobre a guerra. Informações vitais que o resto do mundo recebia não eram transmitidas nos Estados Unidos. Não foram mostradas imagens que as TVs exibiam no Brasil, como as de iraquianos manifestando contra as tropas de ocupação. Em vez disso, os canais mostravam cenas de regozijo popular. Nada disso precisa ser interpretado psicanaliticamente. A manipulação da mídia é um fator externo, objetivo. O problema não é tanto que a versão dos fatos apresentada pela mídia seja falsa, porque a supressão ou a deformação de dados faz parte da lógica da guerra, e sim que em nenhum momento ocorre ao espectador duvidar da veracidade do que está sendo dito. De novo, a psicanálise poderia investigar esse fenômeno: será que, condicionado pela indústria cultural, o norte-americano médio teria perdido a capacidade de distinguir entre ilusão e realidade?

Num estudo coletivo realizado nos Estados Unidos, Adorno e outros pensadores de orientação psicanalítica tentaram medir a correlação entre estruturas de personalidade e opiniões sobre temas políticos e sociais. Os resultados empíricos desmentiram em grande parte a hipótese inicial do estudo: a de que os portadores de personalidades abertas, democráticas, teriam opiniões progressistas, o contrário ocorrendo com os portadores de personalidades autoritárias. Para surpresa geral, todas as pessoas estudadas, autoritárias ou não, tendiam a exprimir opiniões conservadoras. Com isso, Adorno foi obrigado a reformular sua hipótese. Se as opiniões divergiam tanto das estruturas de personalidade era porque estavam sendo pré-moldadas por um “*general cultural climate*”, por uma rede ideológica uniforme, difundida pela mídia, que gerava hábitos de pensamento padronizados, independentemente da personalidade e mesmo da posição social. Esse clima geral se caracterizava pela estereotipia, a tendência a perceber o mundo segundo clichês vazios, e pela personalização, a tendência a reconduzir os processos anônimos da cultura a determinações personalizadas: grandes homens ou homens medíocres, políticos honestos ou desonestos. A interação dessas duas tendências levava todos, autoritários ou não, a perceberem a realidade como ela quer ser percebida, isto é, deformada pela generalidade abstrata da estereotipia e pela particularidade abstrata da personalização. Tudo isso parece convir como uma luva a nosso tema.

Uma das características mais espantosas do governo Bush é sua extraordinária tendência à estereotipia, a simplificar situações altamente complexas recorrendo a clichês como “eixo do mal”, com o que naturalmente a América é apresentada como o “eixo do bem.” Essa estereotipia de Estado encontra perfeita correspondência na população, afligida por uma doença da razão que Adorno chamou de “estereopatia”, cujo sintoma é o hábito de pensar por estereótipos. Foi a estereopatia que durante a guerra do Iraque levou a população a levar a extremos a dicotomia “nós” e “os outros”, que desde a pré-história é usada pela horda para demarcar-se de outras hordas, mas que no caso específico constituiu a variante popular da dicotomia “bem-mal” lançada pela Casa Branca. O **Outro** em sua forma diabolicamente pura era Saddam Hussein, mas havia também **Outros** secundários, diabos menores da corte

infernais, como Chirac, Schröder e Putin. A luta contra esses inimigos da alma foi uma cerimônia de exorcismo coletivo, ou um sacrifício ritual, em que em vez de se matarem cordeiros se decapitavam garrafas de vinho francês. Outra manifestação da estereotipia foi o uso obsessivo das mesmas fórmulas, como “*weapons of mass destruction*”, armas de destruição de massas, que funcionavam como verdadeiras mantras, capazes de evocar, por sua mera reiteração, todo um panteão de divindades infernais, como se diz que a sílaba **Om**, repetida ao infinito, tem o poder de evocar Brama, Shiva e Vischnu.

A outra tendência, a personalização, também esteve presente no episódio. Toda a rede complexa de relações sociais e políticas subjacente à crise, que incluíam fatores econômicos, como o acesso às reservas de petróleo do Iraque, e geopolíticos, ligados à vontade de hegemonia da superpotência americana, acabou ficando invisível. Visíveis foram apenas o Presidente Bush aplaudido de pé por um Congresso unânime, e o primeiro Ministro Blair discursando no Parlamento para convencer os deputados de que Saddam precisava de apenas 45 minutos para mobilizar armas químicas contra o Reino Unido.

Uma citação de Adorno resume em poucas linhas as razões pelas quais a maioria da população americana aceitou de modo tão acrítico a versão oficial dos fatos. “Um indivíduo motivado *a priori* para identificar-se com o mundo tal como é tem pouco incentivo para penetrá-lo intelectualmente e distinguir entre essência e aparência... Em sua fase atual, nosso sistema social tende a produzir objetiva e automaticamente cortinas que impedem o indivíduo ingênuo de devassá-lo. Essas condições objetivas são intensificadas por poderosas forças econômicas e sociais que, intencionalmente ou não, eternizam sua ignorância.. A fim de não comprometer sua identificação, os indivíduos inconscientemente não querem saber demais, e estão prontos a aceitar informações superficiais ou distorcidas, desde que confirmem o mundo em que escolheram viver... Têm dificuldades em pensar e aprender porque receiam pensar os pensamentos errados e aprender as coisas erradas.”

Será que a psicanálise oficial teria sucumbido às mesmas dificuldades, o que explicaria sua resistência a discutir as questões acima, e muitas outras do mesmo gênero, sua resistência ao mundo, e por consequência sua resistência a si mesma, à sua própria radicalidade? Sim, a psicanálise está em crise. As resistências à psicanálise se avolumam. Mas essas resistências vêm direta ou indiretamente daquelas mesmas macro-estruturas que definem o espaço dentro do qual a psicanálise atual hesita em operar – estruturas estatais, baseadas em relações de violência ilegítima, estruturas econômicas, baseadas na distribuição assimétrica da riqueza, estruturas morais, que sob novas formas continuam difundindo a “moral sexual civilizada”, e estruturas ideológicas, cuja tarefa é assegurar a produção e a circulação das ilusões religiosas, que socializam para a docilidade ou para a guerra santa, e das ilusões políticas, que estimulam as fantasias de soberania.

Tudo isso sugere a necessidade de um maior envolvimento da psicanálise com esses temas, naturalmente segundo modalidades e dentro dos limites que só a própria comunidade psicanalítica pode determinar. Mas duas situações ocorrem intuitivamente: uma tomada de posição que os psicanalistas adotariam enquanto cidadãos, individual ou coletivamente, e outra em que eles interviriam *enquanto* psicanalistas. Nossos Estados Gerais estariam funcionando no primeiro registro se lançassem um manifesto contra o imperialismo americano,

contra o racismo, ou contra o fundamentalismo. Isso é importantíssimo, mas um manifesto desse gênero em nada se distinguiria do lançado, digamos, por um congresso do PEN Clube, integrado por romancistas, dramaturgos ou poetas. Muito diferente é a segunda situação, a ação dos psicanalistas enquanto psicanalistas. Ela se concretizaria no campo propriamente profissional, sob a forma de uma atenção mais fina (muito já se tem feito nesse direção), clínica e teórica, àquelas manifestações individuais que refletissem novas tendências macro-estruturais, como a anomia produzida pelo processo de globalização. E se concretizaria sob a forma de estudos psicanalíticos sobre questões de interesse geral da humanidade, como as suscitadas pela invasão do Iraque, conforme esbocei nos exemplos acima.

No espírito de muitos integrantes dos Estados Gerais, de 1789, não se tratava de promover uma transformação revolucionária na França, mas de voltar à velha constituição do Reino, desfigurada pelo absolutismo de Versalhes. Ela tinha um sentido restaurador, mais que revolucionário. Os Estados Gerais da psicanálise estariam em sintonia com seu modelo histórico se pensassem uma revolução que fosse também uma restauração: um retorno a Freud, num sentido diferente do laciano. Seria o retorno a um Freud que não se preocupava apenas com casos clínicos, mas também com o futuro da civilização, que apostava no Iluminismo, mesmo sabendo que podia perder a aposta, e que a esse título jamais poderia ver na aliança com a pulsão da morte uma estratégia legítima para solucionar os conflitos entre os homens.